

## 5.

### **A Escola Técnica Estadual do Pará e seu projeto escolar**

A Escola Técnica Estadual do Pará (ETEPA) nasce no governo de Hélio Gueiros e da então secretária de Educação, Terezinha Moraes Gueiros, em 23 de maio de 1989, em um projeto que fundiu a Escola Estadual Magalhães Barata, fundada em 1967, e o Centro Interescolar Maria da Silva Nunes, fundado em 1980, que funcionavam como duas escolas distintas em um mesmo terreno, no bairro do Telégrafo, em Belém.

O Brasil vivia anos de hiperinflação, intensificação da crise econômica, eleição direta para presidente, com a vitória do Fernando Collor de Melo, e no Pará assumia um governo que no plano educacional se comprometia com o objetivo de crescimento econômico com manutenção do equilíbrio ecológico e redução das desigualdades sociais, com ênfase para a faixa etária dos 7 aos 14 anos (ALBERTO, 1996), uma vez que as maiores carências educacionais do Estado se localizavam nas periferias urbanas e nas áreas dos grandes projetos e de migração subsequente.

Nesse governo foi criado um Plano Estadual de Educação, o que não ocorreu no governo anterior, de Jader Barbalho, segundo o estudo de Alberto (1996), e quanto ao ensino de 2º grau, ele apresentava o sistema estadual como incapaz de propiciar educação de qualidade para a maioria da população, tanto no tocante ao ensino, como nos fatores relacionados à gestão centralizada e antidemocrática. Estimava-se ali que houvesse um *déficit* de 671.142 vagas para o 2º grau, considerando a população de 15 a 18 anos, além de apresentarem um cálculo capaz de demonstrar que o Estado estava 69 anos aquém no atendimento à demanda desse nível de ensino, e que seriam necessários 73 anos para zerar o *déficit* nesse nível. O referido atraso devia-se ao esquecimento desse nível intermediário e maior investimento dos últimos anos no 1º e 3º graus, tanto por municípios quanto Estado e União.

A Escola Técnica Estadual do Pará foi criada pela Portaria nº 184/89 do gabinete da secretária de Educação, e de acordo com esse documento, a sua

criação dá-se pela prioridade que a educação assumia para aquela administração estadual e ainda em razão dos “pleitos formulados pela sociedade local, através dos seus vários segmentos, quanto à necessidade da implantação de uma escola técnica” (PARÁ, 1989a).

No entanto, o estudo de Alberto (1996) ressalta que a criação da Escola Técnica Estadual – ETEPA deu-se no contexto da expansão do 2º grau nesse governo, pois era uma escola capaz de atender a 3.100 alunos, e abria mais opções àqueles que buscavam profissionalização. Conquanto essa expansão tenha sido restrita, pois não se pode assegurar que o que se havia proposto no Plano Educacional tenha se executado<sup>1</sup>, a autora considera que houve efetivo crescimento da rede bastante apoiado no aproveitamento de espaços ociosos das escolas de 1º grau.

De acordo com Alberto (1996), a secretária de Educação afirma que não houve tempo para pensar mais detidamente no ensino de 2º grau, dada a urgência dos problemas que envolvia o 1º grau. No 3º ano de sua gestão é que houve maior preocupação com o 2º grau, reconhecendo que as atuações foram pontuais, como a criação da ETEPA e os cursos de reforço na 3ª série com vistas ao vestibular<sup>2</sup>.

Ao final da vida do Centro Interescolar Maria da Silva Nunes, muitos problemas estruturais, falta de material de consumo para os cursos e desatualização dos equipamentos se acumulava, e no início do governo Hélio Gueiros, inicia-se o processo que envolve reclamações constantes dos gestores dos Centros Interescolares e das escolas tributárias a cada um deles, o pedido de fim dos cursos profissionalizantes e dos Centros Interescolares, acendendo a insatisfação dos que ansiavam pela educação profissional solidificada, resultando a tensão, que motiva a criação da comissão que deveria propor saídas viáveis do ponto de vista econômico principalmente, e educacional secundariamente.

A Secretaria de Educação acatou as proposições que culminavam com a criação da Escola Técnica Estadual do Pará procurando suprir algumas das deficiências de equipamentos e material, sem, contudo, resolver o problema do não acompanhamento tecnológico, conforme discutiremos com base nos eixos do

---

<sup>1</sup> O investimento de recursos para o 2º grau nos anos iniciais foi muito pequeno e chegou a maior taxa em 1998, quando 2,13% do orçamento educacional destinavam-se a esse nível (ALBERTO, 1996).

<sup>2</sup> O projeto de reforço para o vestibular, ainda que uma medida pontual, revelou resultados visíveis na disputa de vagas para essas escolas em que o projeto do reforço fora implantado, em algumas delas até hoje.

roteiro de levantamento de informações: espaços e estrutura do edifício; organização pedagógica, didática e de direção e gestão; e estrutura sociocultural a seguir.

## 5.1.

### Espaços e estrutura do edifício

A ETEPA constituía-se pelo complexo que envolvia as duas escolas que passaram a integrá-la para ministrar o ensino a que se propunha, qual seja profissionalização em habilitações do setor secundário<sup>3</sup>, sendo a educação geral ministrada no prédio da Escola Estadual Magalhães Barata e as disciplinas profissionalizantes nas instalações do Centro Interescolar, mas como uma única escola conforme demonstra o esboço do espaço da figura a seguir:

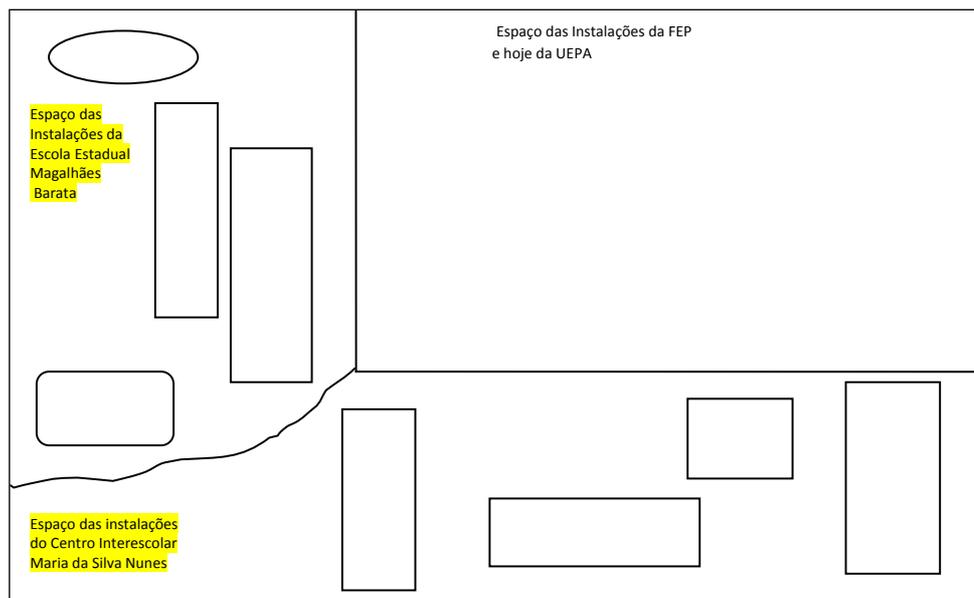


Figura 21 – Esboço<sup>4</sup> da distribuição espacial das duas escolas que integram a ETEPA

<sup>3</sup> O setor secundário refere-se àquele que transforma a matéria-prima em um produto manufaturado. Os setores da indústria e da construção civil fazem parte desse setor (Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Setor\\_secund%C3%A1rio](http://pt.wikipedia.org/wiki/Setor_secund%C3%A1rio)).

<sup>4</sup> O esboço ilustra a distribuição espacial no quarteirão em que as escolas se situam. Os espaços marcados de amarelo tornaram-se uma escola só: a ETEPA.



Figura 22 – Espaço interno da ETEPA



Figura 23 – Espaço interno da ETEPA1

Conforme os relatos dos professores e alunos, não houve construção de novos prédios para instalação da ETEPA, mas houve reforma do forro para eliminação de goteiras, pintura, correção de alguns problemas dos laboratórios, interligação entre os prédios e adaptação de salas, antes muito amplas, que foram subdivididas para criação de novos espaços de aulas práticas, o que não

contemplou completamente as necessidades levantadas e indicadas pelos professores que já atuavam na escola.

A afirmativa dos professores é confirmada pela técnica educacional da Secretaria de Educação, que acompanhou a instalação da proposta, e acrescenta que aconteceram mudanças no espaço físico da escola e seu entorno, mas não mudanças que assegurassem uma “qualidade educacional”. Além das modificações já relatadas, ela acrescenta asfaltamento da Rua Municipalidade, que passou a ser o principal acesso da escola, estacionamento para professores com acesso por essa mesma entrada para alunos, limpeza e capinação da área verde em torno da escola, com diminuição do acesso da população para colocação de lixo e invasões.

No ambiente dos laboratórios, da mesma forma, houve investimento em compra de novos equipamentos, instalação de laboratórios de informática com mais e modernas máquinas, mas ainda qualificadas como precárias por um dos professores, tais quais suas autorizações para o ensino assim eram qualificadas pela SEDUC.



Figura 24 – Laboratório de Informática da ETEPA

O Relatório da Comissão de transição e proposição de alternativas ao fim do Centro Interescolar (PARÁ, 1989c) e o próprio projeto de implantação da Escola Técnica Estadual (PARÁ, 1989b) indicavam uma série de melhorias no espaço, manutenção de equipamento e suprimento de materiais de consumo a serem efetivadas pela Secretaria de Educação para concretizar a criação de uma nova escola.

Entre eles enumerava-se a construção de uma passarela coberta interligando as duas instituições, manutenção semestral dos equipamentos, valor orçado em NCZ\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos cruzados novos) (PARÁ, 1989b), além da adequação de espaços administrativos, de aula e canteiro de obras para realização de aulas práticas. Nesse período foi unificado o espaço, procurando dar-lhe uma funcionalidade integrada; os muros foram retirados e concentrados os espaços administrativos.



Figura 25 – Passarela de interligação dos prédios da ETEPA

O depoimento de ex-aluna do período em que se criou a ETEPA afirmou que logo no princípio a estrutura foi melhorada, e “depois foi perdendo”. Aluna que já era da Escola Estadual Magalhães Barata acompanhou as mudanças na escola e quanto à biblioteca afirmou: (...) *não era uma biblioteca, na realidade era uma sala que tinha muitos livros (...) a gente usava lá, mas era bem pouquinho, era mais para os professores do que outra coisa. Não era pra aluno, não era pra nós.* Por isso os alunos buscavam a biblioteca da Universidade Estadual do Pará – UEPA, que por sua localização próxima, permitia o fácil acesso dos alunos.

As informações apresentadas pelos relatos indicam que ao tempo do início das atividades escolares, as primeiras séries (1º, 2º e 3º anos) eram cursadas no prédio da Escola Estadual Magalhães Barata, e a 4ª série, ano que se dedicava à formação técnica, era realizado no prédio ao lado, espaço do antigo Centro Interescolar.

A prioridade do governo estadual não eram os altos investimentos em construção, pois segundo o relato da técnica educacional da SEDUC, “ou criava estrutura ou criava cursos”; então, depois de observadas as principais escolas que ofertavam cursos técnicos, verificaram-se as que precisavam de menos adequações e aí foram deixadas de lado escolas como Paes de Carvalho e Souza Franco em favor da criação de escolas técnicas, que além de Belém envolviam a Escola Juscelino Kubistchek (Marituba) e Albertina Leitão (Santa Isabel).

Note-se que nesse tempo a obrigatoriedade de ensino profissional havia sido derrubada e constituía-se, a partir de então, como uma oferta opcional dos sistemas em função de suas prioridades de desenvolvimento de mão-de-obra.

A escola sofrera essas mudanças para inauguração de uma nova fase escolar, mas pouco se sabia sobre a regularidade de seu financiamento. A voz corrente entre os sujeitos entrevistados, no entanto, indica que não fora providenciado o caminho claro de seu financiamento e sustento regular de suas atividades, uma vez que não havia uma política estadual para esse ensino e o recurso disponível para novos investimentos era o Projeto Alvorada (financiamento federal), voltado ao ensino médio, que não contemplava ensino técnico, conforme a narrativa a seguir:

(...) porque a SEDUC, o único dinheiro que ela passava pra cá era pra limpeza e pagamento dos professores, só e mais nada (...). A gente ia lá brigava e tudo, o diretor ia lá e não conseguia nada porque não tinha verba específica pra gente, era só o ensino médio que era o PROJETO ALVORADA. Projeto Alvorada era só ensino fundamental e médio; o ensino profissional não tem nada, não tem direito a nada (Professor C da ETEPA).

Os professores ainda lamentam que o Estado inaugurou uma nova escola, mas não fez sua divulgação entre as empresas e mesmo na condição de um dos maiores investidores do próprio Estado; com isso, novos espaços e relações para esses profissionais não foram fomentados, ficando a cargo da própria escola.

## 5.2.

### **Organização pedagógica, didática e de direção e gestão**

A justificativa do Plano do Curso de Processamento de Dados reafirma que a ETEPA nasce para ampliar a oferta de cursos profissionalizantes no Estado do

Pará e para atender “apelos da comunidade escolar” (ETEPA, 199-?), informação mais específica sobre de quem teriam sido “os apelos da sociedade local”, enunciados como justificativa para criação da escola em seu ato de criação<sup>5</sup>. Essa informação é confirmada pela secretária de Educação de então, que atribui a criação da ETEPA a um anseio dos alunos e professores do Centro Interescolar, não tendo sido fruto de uma política educacional para a Educação Profissional daquela gestão.

Contrariamente a essa posição, a técnica educacional da SEDUC, que atuou na elaboração da proposta da ETEPA, assegura que houve uma intenção governamental com a implantação da Escola Técnica quando afirma que essa ação incluía-se na tríade do foco desse governo: a criação da escola Instituto do Professor, criação dos convênios (cursinhos pré-vestibulares<sup>6</sup>) nas escolas estaduais e criação das três Escolas Técnicas, projetadas para a grande Belém.

Não obstante, a posição da secretária de Educação parece melhor evidenciar o contexto daquele momento de que a criação dessa escola não se constituía como uma ação de governo, contudo, a demanda local produziu uma política pública para a educação profissional, de acordo com a definição de Muller e Surel (2004), envolvendo aqui o seu sentido de governança, embora com fragilidades nos aspectos da estabilidade da ação e de direção, já que deve se voltar a todos e não grupos específicos, segundo a definição de Meny e Thoenig (1992) para política pública.

A proposta da ETEPA ainda apresentava como objetivo “resgatar a credibilidade do ensino profissionalizante nas Escolas Públicas” ao possibilitar que mais alunos pudessem cursar o 2º grau com uma formação técnica em nível médio. Para tanto, foi estabelecido um Plano de Ação que envolvia órgãos governamentais estaduais e empresas que geraram um planejamento que a ETEPA se comprometia a cumprir com apoio desses mesmos órgãos (ETEPA, 199-?). A estimativa era atender 2400 (dois mil e quatrocentos) alunos distribuídos em três turnos e quatro cursos (PARÁ, 1989b).

---

<sup>5</sup> Portaria nº 184/89 – GS.

<sup>6</sup> O convênio constituiu-se em um projeto de pré-vestibular em escolas que ofertavam 2º grau: Paes de Carvalho, Amazonas Pedroso, Souza Franco e Antonio Goldinis, que ofertavam mais um ano de pré-vestibular com aulas aos sábados, domingos e com esquema diferenciado de pagamento para os professores que atuavam no projeto.

O Plano de Implantação do Curso Técnico em Processamento de Dados da ETEPA foi localizado, mas não na íntegra, e nesse documento dá-se, a saber, que, ao início do funcionamento da ETEPA, os alunos que cursavam as habilitações de auxiliar técnico em Edificações, Eletrônica, Mecânica e Eletrotécnica na Escola Estadual de 2º Grau Magalhães Barata foram absorvidos pela ETEPA, que só passou a ofertar o curso de Processamento de Dados a partir de 1991 (ETEPA, 199-?).

Essa informação também é confirmada pelo ofício enviado pelo diretor da ETEPA – João do Carmo Estumano – ao Conselho Estadual de Educação, em 12/03/2001, que solicita esclarecimentos quanto ao reconhecimento do Ensino Médio e dos “antigos” cursos técnicos profissionalizantes e nos deixa entrever que a Escola inicia seu funcionamento ofertando cursos técnicos em Eletrônica, Edificações, Eletrotécnica, Mecânica, com término de quatro anos, incluindo o estágio supervisionado para técnicos, e em três anos sem estágio supervisionado para auxiliar técnico, com exceção do curso de Processamento de Dados, ofertado posteriormente, que poderia ser integralizado em três anos, com o estágio supervisionado.

Mas a escola continuava enfrentando dificuldades relatadas pelos alunos como referentes ao ânimo dos professores, principalmente no turno da noite, quando já cansados não investiam nos alunos, aos que se mostravam interessados, no entanto, dedicavam um pouco mais de cuidado. Além disso, enumeram como problemas: ausência de material para aulas práticas o que gerava bastante desestímulo; poucas visitas técnicas; esmaecimento das disciplinas da formação geral e mesmo ausência de algumas delas em boa parte do curso como Língua Portuguesa que só era trabalhada no primeiro ano; pouco acompanhamento da equipe escolar; dificuldade com a metodologia ou ausência dela, por parte de alguns professores, provocando mais uma vez desânimo:

Logo no meu tempo assim... era muito legal porque a gente ainda tava no início né? com toda aquela empolgação, tinha os professores, tinha uma série de projetos né? mas quando eu saí depois foi só reclamação, o pessoal reclamando e alguns que ficaram lá, toda vez que eles iam pra terminar nunca terminavam, reclamavam, reclamavam... (Ex-aluna da ETEPA).

Apesar do movimento de renovação da escola e de seus objetivos, o ensino profissionalizante não parecia prosperar, e em 1991, os currículos foram

novamente modificados, continuando com quatro anos de duração, mas desde o 3º ano já se inseriam disciplinas técnicas conforme a prática da Escola Técnica Federal. A referência dessa escola para a Escola Estadual vem se mostrando desde o seu nascimento e se reafirmando em cada uma de suas fases, tanto no quadro de professores, quanto na definição dos currículos e cursos, e ainda na expressão de diferenciação do acesso; como quase que em tom de denúncia se afirma que a Escola Técnica Federal tinha acesso elitizado, portanto, não acessível aos alunos das escolas estaduais.

Com base no quadro de professores do Centro Interescolar no ano de 1988 antes da criação da ETEPA, pode-se perceber que 40% dele era composto de professores que também atuavam na Escola Técnica Federal. Essa relação diminuiu, embora não desapareça, com a implantação da ETEPA, principalmente depois de 1991, pois houve mudança do regime de trabalho na Escola Federal e fiscalização por meio de auditorias quanto ao cumprimento das jornadas que favorecessem o tempo integral e a dedicação exclusiva, fato que levou muitos a optarem por permanecer apenas na Escola Federal.

Pelo relato de um dos professores, dos anos iniciais da ETEPA, os currículos eram compostos de poucas disciplinas técnicas: “duas disciplinas técnicas e um professor formavam um técnico”. Frente a essa constatação, e sendo também professor da Escola Técnica Federal, propôs que a ETEPA adaptasse seus currículos tomando como referência os currículos da Escola Federal com o argumento de que lá se aplicava um currículo nacional, reconhecido pelo MEC, e afirma que convenceu a direção a proceder dessa forma.

Assim, a escola construiu um novo currículo, que o professor denominou “pleno”. A direção aceitou a proposta e reuniu um pequeno grupo de professores que também atuavam na Escola Técnica Federal, dando-lhes a incumbência de “organizar a escola”. Dentro dessa organização incluíam-se elaboração de projeto político pedagógico, regimento escolar e novas relações de estágio.

As propostas elaboradas por esse grupo encontraram resistência na própria SEDUC. Ao apresentarem suas formulações, os professores detectaram que não havia entendimento do setor dirigente quanto à necessidade de documentos e norteadores diferenciados para o ensino profissional, afirmando-lhes que já havia um regimento interno único para as escolas de ensino médio e que teriam “que rezar esta cartilha!”. Movimento semelhante aconteceu quanto ao projeto

pedagógico, e com isso os documentos formulados tiveram apenas consumo interno da escola, não tendo sido reconhecidos pelo órgão gestor estadual.

Apesar das restrições, mudanças aconteceram nos cursos e o clima na escola também se altera, pois só nesse momento a formação efetivamente volta-se a técnicos, com repercussão para o aluno pela titularidade reconhecida e também para o professor que se sente valorizado e reconhecido atuando em outra esfera da educação, agora com terminalidade efetiva, e mais uma vez a aproximação com a Escola Técnica Federal se evidencia no depoimento do Professor P:

(...) nós vimos que a situação era outra porque nós estávamos formando a partir daquele momento técnicos. (...) Não era uma pessoa sem o comprovante da qualificação, então técnico tem, recebe um diploma, e tem direito a se inscrever lá no CREA<sup>7</sup>, como reconhecimento do profissional; anteriormente nós não tínhamos esse prestígio, porque é um prestígio a gente formar um profissional, né? Então foi um reconhecimento assim, da nossa capacidade (...) Um reconhecimento, ou seja, a equivalência a Escola Técnica Federal, porque a referência era a escola técnica federal aqui. Então, quando nós conseguimos a equidade né? foi bom para os professores e para os alunos (Professor P da ETEPA).

Desde 1987, o Centro Interescolar passou a ofertar cursos de Auxiliar Técnico que na verdade, não representavam muita mudança, pois para esse título pouco espaço havia no mercado de trabalho e mesmo não parece haver qualquer sentido em ofertar curso de auxiliar técnico e não o próprio técnico, deixando essa condição para os que fizessem essa opção. Com a criação da ETEPA os cursos passam a ser técnicos, mas ainda sem a estrutura adequada para isso, conforme acabamos de relatar, tanto no que se refere à estrutura curricular, quanto concernente ao acesso a estágio que complementa a formação técnica e se constitui um dos elementos para sua integralização bem como no tocante à constituição do corpo docente e sua formação.

O grupo de professores que veio a constituir o projeto da ETEPA foi cuidadosamente estudado de acordo com a técnica educacional da SEDUC, que atuou na elaboração do projeto da ETEPA, pois a ideia da Secretaria de Educação era fazer o máximo de aproveitamento de professores da rede e da própria escola sem, contudo, criar um choque ou impacto nos funcionários que já atuavam há bastante tempo.

---

<sup>7</sup> Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

Portanto, observou-se a formação de professores engenheiros que lecionavam as disciplinas de Química, Física, Matemática, e que por suas graduações e atuações no mundo produtivo (como engenheiros, conselheiros do CREA), poderiam ministrar disciplinas técnicas, a ponto de quase não ter havido novas admissões, o que, afinal, considera que também pode ter trazido prejuízos à proposta, pois sem a renovação dos quadros, antigos vícios e concepções arraigadas permaneceram no interior da escola.

A secretária de Educação admite que, embora a escola tenha sido suprida com equipamentos, foi frágil a capacitação dos docentes para enfrentarem as demandas de uma escola técnica, não tendo havido tempo em seu governo para isso (ALBERTO, 1996).

O documento do Regimento Escolar da ETEPA (ETEPA, 199-?a), que não especifica autores nem ano de formulação, constitui-se em outro documento de vital importância para nosso objetivo de aproximação ao funcionamento escolar.

O documento divide-se em dois títulos. O primeiro aborda informações relativas à criação da escola, em 23 de maio de 1989, com o nome de Escola Técnica Estadual do Pará – ETEPA, e o artigo I revela que a escola tinha como finalidade oferecer ensino técnico em nível de 2º grau, direcionado para a formação geral e profissional através de conteúdos e técnicas específicas, qualificando para o trabalho, sendo distribuídas suas vagas nos três turnos (manhã, tarde e noite).

O segundo título divide-se em 20 capítulos relativos ao funcionamento escolar, de onde observamos que se constituíam como objetivos do ensino técnico profissionalizante dessa escola: a) compromisso com a formação necessária à realização de suas atividades, de forma a preparar o educando para o trabalho e o exercício de sua cidadania; b) Educação Geral e habilitações técnicas visando atender as necessidades do mercado de trabalho em diferentes setores econômicos, além de possibilitar o ingresso no curso superior.

A administração da ETEPA constituía-se de: diretor, vice-diretor, Departamento de Ensino, Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, e Departamento de Administração. A direção seria eleita pelo corpo técnico administrativo, docente, discente e apoio escolar através de voto direto sob a supervisão do Conselho Escolar para um mandato de três anos, podendo haver reeleição. Além de coordenar todas as atividades administrativas e pedagógicas de

ensino, a direção poderia determinar, por indicação, os vices-diretores, um para cada turno com mandato igualmente de três anos.

O sistema de eleição para diretores das escolas estaduais foi criado e implantado no Pará, mas a Escola Técnica não foi incluída nesse processo, tendo seus diretores sido indicados pela Secretaria de Educação.

A Portaria nº 4847/1990 (PARÁ, 1990) designou como seu primeiro diretor Geral Emidio Umberto Salluzio, que até então ocupava a função de diretor do Centro Interescolar. Por sua vez Arinalda Gomes da Costa assumia a direção da Escola Estadual Magalhães Barata, e no período de quase um ano, desde a inauguração da ETEPA, a escola foi dirigida por esses dois diretores até a designação de um deles para ocupação do cargo oficialmente.

Nos anos ulteriores a ETEPA foi dirigida pelos seguintes diretores:

<b>NOME DO DIRETOR</b>	<b>ANO</b>
ARINALDA GOMES DA COSTA	1991, 1992, 1993
VALMIRO RODRIGUES	1994
SANDRA REGINA REIS DA SILVA	1995, 1996, 1997
JOÃO SENA DA SILVA	1998
JOÃO DAS MÊRCES DO CARMO ESTUMANO	1999, 2000, 2001
IRIZAN N RODRIGUES	2002

Quadro 4 – Diretores da ETEPA

Arinalda da Costa foi escolhida e indicada pela Secretaria de Educação para assumir a ETEPA porque já atuava na equipe da Secretaria inicialmente e na Escola Estadual Magalhães Barata posteriormente, o que lhe assegurava familiaridade com as especificidades e a trajetória do Centro Interescolar, tinha formação pedagógica e reunia os elementos políticos necessários à implantação da nova proposta educacional que ali se construía. Somados todos esses períodos foi a diretora que por mais tempo atuou na ETEPA.

As atribuições do diretor, segundo o regimento eram: definir a filosofia e os objetivos da escola; cumprimento das determinações superiores e as que constam no Regimento Escolar; promoção de cursos de aperfeiçoamento do corpo técnico, docente e demais servidores junto à Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará; sugerir, junto ao Conselho Escolar, a substituição de servidores que não correspondessem às necessidades da escola; coordenar, executar e avaliar o plano global da escola; realizar reuniões junto aos outros segmentos da escola;

acompanhar a distribuição da carga horária dos professores no início do ano letivo; estar ciente da tramitação de todos os documentos de responsabilidade da escola; promover a integração escola-comunidade.

No caso da ETEPA, foi criada, pela direção da escola, uma coordenação para a educação básica e uma coordenação para a educação profissional, que atuavam junto à direção na condução das atividades escolares. Essa forma de organização associada à existência anterior de duas escolas distintas criava a impressão de duas direções conforme nos relata uma ex-aluna:

Tinha duas gestões: aqui e lá, eu me recordo mais da gestão de lá porque a gente tinha mais contato, aqui não, porque eu não lembro quem era o diretor, eu não lembro de nada (...) Duas direções. E... recordação de gestão eu tenho de lá. Professores eu tenho daqui. Eu não sei como funcionava, na verdade a gente não se interessava por isso né? (Ex-aluna da ETEPA).

O Departamento Pedagógico e Apoio Didático deveria executar o planejamento, controle e avaliação do currículo pleno, bem como orientar sua implementação e promover sua integração junto ao Departamento de Ensino. Este, por sua vez, tinha a finalidade de executar o planejamento escolar junto com o Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, controlar e avaliar o currículo escolar, bem como orientar sua aplicação e promover sua integração junto às coordenadorias de cursos e/ou Áreas de ensino.

O corpo docente seria composto por professores habilitados para a regência das disciplinas integrantes do currículo do ensino técnico em nível de 2º grau, e o regimento escolar não especifica mais sua formação, ao passo que suas atribuições vão se definindo ao longo da apresentação da competência de alguns setores e aspectos escolares. A ausência de professores para as disciplinas não é relatado como problema significativo para essa escola pelos depoentes, contudo, percebeu-se que no tocante à regularidade e efetividade do vínculo bem como à formação desses profissionais eram problemas que já existiam desde o Centro Interescolar.

É, em (19) 89, eu tenho um registro, de quando eu retornei para substituir a professora Nazaré em Tecnologia Mecânica, Fabricação Mecânica, Metrologia e... Aí já estava começando a fase da Escola Técnica, mas anterior a isso, eu também voltei pra substituir um professor já no meu 2º ano da universidade, isso foi em (19) 86 para (19) 87, eu já tinha voltado aqui pra dar aula. Eu vou lhe dizer uma coisa, eu não sei como eu recebia, por quê? O dinheiro era repassado para o professor e o professor me repassava (Professor do Centro Interescolar).

O regimento escolar assegurava ao corpo discente as condições necessárias para a organização do Grêmio Estudantil, de acordo com seu Estatuto. Conforme relata ex-aluna, o grêmio existiu, mas envolvia-se pouco com os alunos do turno da noite. Dentre os deveres dos alunos estava o uso de uniforme, que se constituía em uma bata a ser colocado sobre a camisa de preferência do aluno, calça *jeans* e não muitas exigências quanto aos calçados. A bata devia ser mantida fechada, caracterizando o uniforme e esse item era bastante fiscalizado pela direção.

O currículo escolar, de acordo com o regimento escolar, seria específico para cada habilitação, e sua grade curricular composta de disciplinas do núcleo comum e parte diversificada de acordo com as normativas do Conselho Federal de Educação e Conselho Estadual de Educação. Respeitada a legislação e as determinações oficiais vigentes, poderia ser modificada, toda vez que as conveniências do ensino e as necessidades da comunidade local assim exigissem.

Tomando o exemplo do curso técnico em Eletrônica, a estrutura curricular no ano de 1992 era apresentada com a seguinte composição:

1. FORMAÇÃO GERAL: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira (Inglês), História, Geografia, O. S. P. B. (Organização Social Política Brasileira), Matemática, Biologia, Física e Química.
2. ARTIGO Nº 7: Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programa de Saúde, Educação Física, Literatura Portuguesa e Brasileira.
3. FORMAÇÃO ESPECIAL: Desenho Básico, Desenho Técnico Eletrônico, Eletrônica Geral, Física, Química, Matemática Aplicada, Técnicas Digitais, Sistemas Eletrônicos, Técnica de Pulsos e Sociologia. O cumprimento do estágio supervisionado assegurava o título de técnico, e caso o aluno não realizasse o estágio, o diploma era de Auxiliar Técnico.

Os currículos que passaram a vigorar em 1992 são apresentados a seguir nas figuras 26, 27, 28, 29 e 30. Para efeito de comparação, as estruturas curriculares do início da escola, que datam de 1989, estão nos anexos desse texto e distribuem-se conforme o quadro a seguir:

1989		1992	
Curso	Carga Horária	Curso	Carga Horária
Técnico em Eletrônica	4320h	Técnico em Eletrônica	4716h

Técnico em Eletrotécnica	4320h	Técnico em Eletrotécnica	4464h
Técnico em Edificações	4320h	Técnico em Edificações	4716h
Técnico em Mecânica	4320h	Técnico em Mecânica	4644h
Técnico em Programação de Sistemas	3708h (1991)	Técnico em Processamento de Dados	3528h

Quadro 5 – Demonstrativo dos cursos ofertados pela ETEPA

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 2ª GRAU  
DIVISÃO DE CURRÍCULO

HABILITAÇÃO: Técnico em Eletrônica  
CARGA HORÁRIA: 4.716  
ANO: 1992

MATÉRIAS	DISCIPLINA	SÉRIES				
		1ª	2ª	3ª	4ª	
PORTUGUÊS:	Língua Portuguesa	3	3	3	2	
	Literatura Portuguesa e Brasileira		2			
LÍNGUA ESTRANGEIRA:MODERNA: Inglês		2				
ESTUDOS SOCIAIS:	História	3				
	Geografia	3				
	O.S.P.B.	1				
MATEMÁTICA:	Matemática	3				
CIÊNCIAS:	Física	3				
	Química	3				
	Biologia	3				
	Educação Artística	1				
	Educação Moral e Cívica	1				
	Educação Física	2	2	2	2	
	Programa de Saúde	1				
	Ensino Religioso	-	-	-	-	
SUB - TOTAL		29	7	5	4	
DIVERSIFICADA PROFISSIONALIZANTES INSTANTÂNEAS	Filosofia			2		
	Sociologia		2			
	MATEMÁTICA:	Matemática Aplicada		3	3	2
		Física		2	4	
		Química		2	3	
	DESENHO:	Desenho Básico	2			
		Desenho Técnico Eletrônico		2	-	2
	ELETRÔNICA:	Eletrônica Geral		3	-	5
		Eletrônica Aplicada			4	5
		Técnicas Digitais		3	3	4
		Sistemas Eletrônicos		3	4	4
		Técnicas de Pulsos		3		
	ELETRICIDADE:	Eletricidade e Magnetismo				2
	ANÁLISE DE CIRCUITOS:	Análise de Circuitos Elétricos				2
Análise de Circuitos Eletrônicos					2	
ORGANIZAÇÃO E NORMAS:	Organização e Normas			2		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO					8	

Figura 26 – Estrutura do curso técnico em Eletrônica – 1992

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 2º GRAU  
DIVISÃO DE CURRÍCULO

HABILITAÇÃO: Técnico em Eletrotécnica  
CARGA HORÁRIA: 4.464  
ANO: 1992

SÉRIE	MATÉRIAS	DISCIPLINA	SÉRIES				
			1ª	2ª	3ª	4ª	
FORMAÇÃO GERAL NÚCLEO COMUM ART. 7º RES. 06/86 - C.F.E. L.F. 5492/71 ANEXO 71	PORTUGUÊS:	Língua Portuguesa	3	3	3	4	
		Literatura Portuguesa e Brasileira		2			
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA:	Inglês	2				
	ESTUDOS SOCIAIS:	História	3				
		Geografia	3				
		O.S.P.B.	1				
	MATEMÁTICA:	Matemática	3	3	2	2	
	CIÊNCIAS:	Física	3	3	2		
		Química	3	3	2		
		Biologia	2				
		Educação Artística	1				
		Educação Moral e Cívica	1				
		Educação Física	2	2	2	2	
		Programa de Saúde	1				
		Ensino Religioso	-	-	-	-	
	SUB - TOTAL			28	16	11	6
FORMAÇÃO ESPECIAL PARTE DIVERSIFICADA PROFISSIONALIZANTES INSTRUMENTAIS		Filosofia			2		
		Sociologia			2		
		Estudos Regionais			2		
	DESENHO:	Desenho Básico	2				
		Desenho Técnico		2	2	3	
	MÁQUINAS E INSTALAÇÕES						
	ELÉTRICAS:	Máquinas Elétricas		2	2	3	
		Controles Elétricos			2	3	
		Instalações Elétricas		2	3	3	
	MECÂNICA:	Mecânica Elétrica		2			
	ELETRICIDADE:	Medidas Elétricas			4	4	
		Eletrotécnica		2	4	4	
	ORGANIZAÇÃO E NORMAS:	Organização e Normas				2	
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO					6	
	SUB - TOTAL						6

Figura 27 – Estrutura do curso técnico em Eletrotécnica – 1992

DIRETORIA DE ENSINO  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 2º GRAU  
DIVISÃO DE CURRÍCULO

HABILITAÇÃO: **TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

CARGA HORÁRIA: **4.716**

ANO: **1992**

FONTE APARCO	MATERIAS	DISCIPLINA	SÉRIAS				
			1ª	2ª	3ª	4ª	
CUMULATIVO ART. 7º RES. C-7/85 - C.F.E. L.L. Nº 271 ADU 7/71	PORTUGUÊS:	Língua Portuguesa	3	3	3	2	
		Literatura Portuguesa e Brasileira		2			
	LÍNGUA ESTRANGEIRA:MODERNA:	Inglês	2				
	ESTUDOS SOCIAIS:	História	3				
		Geografia	3				
		O.S.P.B.	1				
	MATEMÁTICA:	Matemática	3				
	CIÊNCIAS:	Física	3				
		Química	3				
		Biologia	2				
		Educação Artística	1				
		Educação Moral e Cívica	1				
		Educação Física	2	2	2	2	
		Programa de Saúde	1				
		Ensino Religioso	-	-	-	-	
	SUB - TOTAL			28	07	05	04
	PROFISSIONALIZANTES INSTRUMENTAIS		Sociologia		2		
			Filosofia			2	
		MATEMÁTICA:	Matemática Aplicada		3	3	2
CIÊNCIAS:		Física Aplicada		3	3		
		Química Aplicada		3	3		
DESENHO:		Desenho Básico	2				
		Desenho Arquitetônico		4	4	4	
CONSTRUÇÃO:		Tecnologia das Construções		2	3	4	
		Instalações Prediais			4	6	
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO:		Materiais de Construção		3	-	4	
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:		Máquinas e Equipamentos				1	
SOLOS:		Mecânica dos Solos				3	
TOPOGRAFIA:		Topografia		3	3	4	
ORGANIZAÇÃO E NORMAS:	Organização e Normas				1		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO						8	
TOTAL:							

Figura 28 – Estrutura do curso técnico em Edificações – 1992

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO							
DIRETORIA DE ENSINO							
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 2º GRAU							
DIVISÃO DE CURRÍCULO							
HABILITAÇÃO:		Técnico em Mecânica					
CARGA HORÁRIA:		4.644					
ANO:		1992					
FORMAÇÃO	SÉRIE	MATERIAS	DISCIPLINA	SÉRIES			
				1ª	2ª	3ª	4ª
GERAL	NÚCLEO COMUM - ART. 7º RES. 08/86 - C.F.E.	PORTUGUÊS:	Língua Portuguesa	3	3	3	2
			Literatura Portuguesa e Brasileira		2		
		LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA:	Inglês	2			
		ESTUDOS SOCIAIS:	História	3			
			Geografia	3			
			O.S.P.B.	1			
		MATEMÁTICA:	Matemática	3			
		CIÊNCIAS:	Física	3			
			Química	3			
			Biologia	2			
			Educação Artística	1			
			Educação Moral e Cívica	1			
			Educação Física	2	2	2	2
			Programa de Saúde	1			
			Ensino Religioso	-	-	-	-
SUB - TOTAL				28	07	05	04
ESPECIAL	PARTE DIVERSIFICADA PROFISSIONALIZANTES INSTRUMENTAIS		Sociologia		2		
			Filosofia			2	
			Estudos Regionais		2		
		MATEMÁTICA:	Matemática Aplicada		3	4	2
		CIÊNCIAS:	Física Aplicada		4	4	
			Química Aplicada		4	4	
		DESENHO:	Desenho Básico	2			
			Desenho Técnico-Mecânico		2	3	3
		MECÂNICA:	Tecnologia Mecânica			4	4
			Instalações Industriais				3
			Máquinas Térmicas				4
			Resistências de Materiais				2
			Noções de Automatismo				2
		PRODUÇÃO MECÂNICA:	Metrologia		2		
			Fabricação Mecânica		4	4	4
ELETRICIDADE:	Eletrotécnica Aplicada				2		
ORGANIZAÇÃO E NORMAS:	Organização e Normas				1		
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO				8		
SUB - TOTAL				2	23	25	35

Figura 29 – Estrutura do curso técnico em Mecânica – 1992

		SÉRIE			
		1ª	2ª	3ª	4ª
HABILITAÇÃO: Técnico em Processamento de Dados					
CARGA HORÁRIA: 3.528					
ANO: 1992					
MATERIAS	DISCIPLINA				
PORTUGUÊS:	Língua Portuguesa	3	3	3	
	Literatura Portuguesa e Brasileira		2	2	
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA: Inglês		2	2	2	
ESTUDOS SOCIAIS:	História	3			
	Geografia	3			
MATEMÁTICA:	Matemática	3	2	2	
CIÊNCIAS:	Física	2			
	Química	2			
	Biologia	2			
	Educação Artística	1			
	Educação Moral Cívica		1		
	Educação Física	2	2	2	
	Programa de Saúde		1		
	Ensino Religioso	-	-	-	
SUB - TOTAL		23	13	11	
Sociologia			2		
Estudos Regionais			2		
Desenho		2			
Introdução à Informática		3			
ESTATÍSTICA:	Estatística		2		
CONTABILIDADE:	Contabilidade e Custos		3		
ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS:	Organização e Métodos			3	
PROCESSAMENTO DE DADOS:	Fundamentos de Processamento de Dados		3		
	Técnicas de Programação		3		
	Técnicas de Operação			5	
	Introdução aos Sistemas Operacionais			3	
	Técnicas de Sistemas de Processamentos de Dados			4	
	Noções de Teleprocessamento			4	
	Redes Locais de Computadores			2	
	Linguagem de Programação		4		
ESTÁGIO PROFISSIONAL:				6	

Figura 30 – Estrutura do curso técnico em Processamento de Dados.

Finalmente, o regimento se encerra abordando a organização dos programas e/ou planos de curso de cada disciplina como função do professor; para tanto,

deveriam respeitar a filosofia da própria Secretaria de Estado de Educação, a orientação e supervisão pedagógica e atender às exigências legais (ETEPA, 199-? a).

A questão da certificação desses cursos mostrou alguns problemas. A desorganização dos documentos escolares, segundo a secretária escolar, e mesmo falta de registro de atividades de alunos, como estágio, resultou em falta de controle para emissão dos documentos; somado a isso, só no ano 2000, quando se acumulavam muitos problemas referentes à certificação, a Escola solicita do Conselho Estadual de Educação validação dos estudos dos alunos, pois alguns dados nem foram encontrados, segundo confirmou a técnica educacional da SEDUC, que acompanhou a instalação da ETEPA.

Essa situação gerou muitos transtornos, e o CEE recomendou que a escola chamasse os alunos para cumprir o estágio e assim obter a certificação de técnicos, bem como reorganizasse as secretarias escolares:

Aí, começaram a chamar os alunos pra fazer o estágio, foi a sugestão que o Conselho deu: “Manda chamar, manda pro estágio, manda pra campo e vê o que pode fazer.” E aí você pode imaginar o que foi dentro daquela escola; era assim, uma “Torre de Babel”, ninguém falava a mesma coisa. Aí decidiram, até por sugestão do Conselho, que separassem as secretarias, a dos cursos básicos e a dos cursos técnicos, pra que pudessem fluir tranquilamente. Quando o aluno sai daqui pra lá, se transfere a documentação dele de uma escola, de uma secretaria, pra outra; aí ficou no mesmo espaço físico, mesma denominação, mas com serviços separados.

Esse depoimento denota que o entendimento de formação técnica ainda era fragmentado, pois, sendo um curso técnico em currículo único, em uma escola única, não havia formação básica (nem habilitações básicas nem formação profissional básica – duas interpretações que o termo permite) na escola, e o ensino de 2º grau ali ofertado tinha uma única natureza.

Administrar uma estrutura só em meio à tradição de duas lógicas, dois espaços físicos e pessoal originário de ensinos diferenciados, é que parece ter se constituído a maior dificuldade desse momento, levando à separação das secretarias e mostrando a separação das equipes, dos espaços físicos e possivelmente dos procedimentos escolares.

### 5.3.

#### Estrutura sociocultural

A vivência de uma nova realidade escolar não poderia deixar de levar em conta que no projeto de fusão se envolvia a tradição de uma escola de educação básica que já existia e funcionava com essa missão há 22 anos quando nasce a outra escola de educação profissional, com quem posteriormente seria feita a composição.

A principal resistência evidenciada no processo de discussão da proposta da ETEPA refere-se ao fato de que haveria mudança de nome da escola: uma das escolas deixaria de se chamar Magalhães Barata em prol de outra identidade, que agora se relacionava à Escola Técnica. Houve resistência e tensão, conforme o depoimento a seguir:

(...) houve uma reação muito grande com a tradição da Escola Estadual Magalhães Barata, que existia centro cívico, existia Associação de Pais, existia toda uma história em função da escola Magalhães Barata; então, nessa junção que se criou a Escola Técnica Estadual do Pará, o Magalhães Barata saiu de cena. Houve uma proposta de Escola Técnica Estadual Magalhães Barata, mas não ficou; ficou só Escola Técnica Estadual do Pará. (...) Mas nunca foi aceito de um modo geral deixar de ser Magalhães Barata, entendeu? Então, hoje voltou a ser Magalhães Barata, né? (Técnica educacional da SEDUC).

A proposição apresentada pela comissão criada para sugerir alterações ao Centro Interescolar tenta solucionar essa tensão propondo que a nova escola fosse chamada de Escola Técnica Estadual Magalhães Barata, conforme se pode ver no documento (PARÁ, 1989b), mas segundo o depoimento da técnica educacional o veto ao nome se deu no ambiente da Secretaria de Educação e governador do Estado que julgavam que não atribuir o nome a deixaria mais desvinculada das tradições anteriores tanto de uma quanto de outra instituição.

De outro lado a proposta de uma Escola Técnica Estadual foi muito bem aceita pela população, tanto que se registrou uma demanda muito maior que a oferta, conforme professores e funcionários. Para solucionar essa questão foram criadas relações de alunos para serem chamados caso alguém desistisse, mas acabou-se criando um grande problema, pois quase não houve desistência e abertura de outras vagas. Manteve-se assim a procura pela escola nos anos iniciais.

O acesso dos alunos que vinham de outras instituições para a ETEPA dava-se mediante teste de seleção; já os alunos que realizavam o 1º grau na Escola Estadual Magalhães Barata acessavam ao ensino técnico naturalmente, e com as vagas remanescentes abria-se a seleção para alunos de outras instituições.

A ex-aluna entrevistada conta que apesar de residir nas proximidades da escola pouco conhecia de seus cursos, mas um de seus professores da 8ª série do 1º grau, da Escola D. Pedro, estimulou os alunos a prosseguirem os estudos médios em uma escola de formação profissional, dada a origem deles e a iminente necessidade de ter um trabalho contribuindo assim com suas famílias e com a eventual continuidade de estudos, além de que dessa forma fariam parte da história, pois estariam acessando a um novo projeto educacional no âmbito estadual. Foi dessa forma que essa ex-aluna se inscreveu na escola, e definiu o curso de sua preferência – Eletrotécnica – contudo, seu maior motivador era a formação média e a proximidade da escola de sua casa. Prosseguiu os estudos sem nenhum interesse pela formação técnica, em uma turma composta da maioria de alunos da faixa etária regular para o ensino médio, com poucas exceções de pessoas que já trabalhavam na área e queriam se qualificar. Completou todo o curso inclusive o 4º ano, solenidade de formatura, mas pela ausência de estágio obteve certificado de auxiliar técnico.

A experiência de outra aluna do curso de Edificações noturno indica que sua turma era composta de alunos bem mais velhos, que já atuavam na área de construção civil, na sua perspectiva o curso parecia bem mais interessante para eles, pois os problemas que a escola vivenciava não os atingiam, logo de início, o caráter teórico das disciplinas sendo exatamente o elemento que mais lhes faltavam. Aqueles que não trabalhavam na área, exerciam outras funções e por isso o ensino superior parecia bastante distante. Considera que fez um bom curso apesar das dificuldades da escola, mas as boas oportunidades de trabalho estavam no interior para onde seu pai nunca permitiu que fosse. Assim, seguiu a vida como autônoma usando seus conhecimentos aqui e ali e agora mais especificamente na construção de sua própria casa, o que considera a maior recompensa dessa formação.

O seu percurso escolar foi marcado por professores que assumiam a orientação e o estímulo dos alunos, a exemplo da professora de português e, a partir do segundo ano com o início das disciplinas técnicas, esses provocavam

mais discussões sobre trabalho, oportunidades de emprego, áreas em ascensão no Estado, estimulando a continuarem nos estudos. A orientadora pedagógica de seu turno também se aproximava dos alunos para estimulá-los, detectar faltas e acompanhar suas vidas escolares, sendo o funcionário da gestão mais identificado pela proximidade, o que já não se podia falar da equipe de direção.

O clima era muito bom, havia interação com alguns professores que se tornaram amigos, e a escola constituiu-se em espaço para fazer amigos, namorar, se distrair, “aproveitar”. A cantina e o barzinho “A Moreninha” em frente à escola eram lugares de encontro, de muita movimentação de alunos no início das aulas, no intervalo de 15 minutos entre elas e ao final delas, principalmente às sextas-feiras, quando mesmo “matava-se” algumas aulas para encontros, passeios e bate-papos. Não havia em sua percepção um curso melhor que outro, mas alunos que se sentiam os ‘bambambans’, e era o caso dos alunos de Eletrônica e Mecânica. O seu curso por sua vez – Edificações – era um curso considerado mais apropriado a mulheres, embora em sua turma só houvesse cinco alunas.

Continuar os estudos em nível superior não era mencionado como anseio geral e nem estimulado pelos professores, fato que ela atribui ao foco que a escola tinha, apesar de alguns alunos terem feito e passado no vestibular. A necessidade de um cursinho era real pela falta de alguns conteúdos da formação geral e pela concorrência das universidades públicas (estadual e federal) já que nem havia tantas faculdades particulares no Estado nem eram mais acessíveis como nos dias atuais.

Com todas as dificuldades que ano a ano se acrescentavam parece um contrassenso que alguns alunos ainda obtivessem êxito nos estudos e nas oportunidades do mundo produtivo, essa formação era atribuída à qualificação dos professores e a paixão com que se dedicavam ao ensino:

(...) alunos bons saíram de lá, alunos estudiosos mesmo; a área de construção civil foi notável, porque tinha um bom corpo de docentes. Eram engenheiros do CREA que na época trabalhavam lá e tinham paixão por aquilo ali sabe; alunos que dos cursos de informática que iam pro “SIMPRO”, pra CINBESA, pra PRODEPA (...) (Técnica educacional).

Os relatos tomados dos três eixos desse capítulo nos deixam ver que a escola nasceu e esgotou-se sem uma política consistente e estável para a educação profissional. Dessa forma parece natural que começasse a enfrentar situações de

difícil administração, e um significativo problema refere-se a pagamento de professores, que finalmente compromete a regularidade e a qualidade das aulas:

(...) a coisa era simples, mas parecia um campo de guerra, tira e não põe, não paga professor. Então, houve assim um problema muito sério dos profissionais, nos pagamentos dos professores; a hora aula que queriam pagar normal como se fosse professor do ensino médio do 1º, 2º ou 3º ano e o técnico que já é outra realidade, então todas essas questões permearam e o resultado era na sala de aula: alunos sem professor, alunos com currículo defasado (...) (Técnica educacional da SEDUC).

Nesse contexto, o ensino profissional entrou em declínio crescente, comprometendo o sucesso que se esperava para a escola considerando seu papel e seus fins, já que segundo a técnica educacional da SEDUC não houve uma preocupação efetiva em fortalecer o ensino técnico e garantir que a Escola Técnica Estadual mantivesse um funcionamento de qualidade, sem competir com a Escola Técnica Federal, mas crescendo no reconhecimento e dando mais condições de estudo e preparo aos jovens e adultos da rede estadual.

Deterioraram-se também as práticas referentes a acesso, chegando a abrigar atos de apadrinhamento nos processos de seleção e “reservas” de vagas para superiores que as solicitavam. O afastamento começou a se intensificar em relação à SEDUC e falta de orientações e acompanhamento adequado ao ensino profissional:

(...) eu discuti porque ouvia absurdos; pra você ter idéia como era que a SEDUC tratava a gente na época que chegaram comigo e diziam: “Professor, já tem gente graduado lá dando aula?” Me dava uma raiva danada, sabe (...) esse levante de antigamente, era muita briga, o negócio não tinha controle, não tinha controle pedagógico, não tinha controle mesmo profissional (...) (Professor C da ETEPA).

Essa queixa do professor refere-se à estrutura da Secretaria de Educação que não dispunha de um órgão coordenador da educação profissional e assim o controle e acompanhamento das ações dessas escolas não eram efetivados por ninguém. Os documentos de solicitação de material e equipamentos dão conta que esse ensino se vinculava ao Departamento de Ensino de 2º grau da Diretoria de Ensino da SEDUC no ano de 1996 e que além das relações de materiais da ETEPA pode-se ver a solicitação de material para o curso técnico em Patologia Clínica ofertado pela Escola Estadual Visconde de Souza Franco e Escola

Estadual Francisco da Silva Nunes, além do curso técnico em Agropecuária em oito municípios do interior<sup>8</sup> (PARÁ, 1996).

Observando os elementos que os três eixos permitem reunir, compreendemos que a ETEPA, enquanto ação de governo foi proposta para atender uma demanda, e quem sabe dirimir uma tensão local, cuja trajetória mostra que essa tomada de decisão do Estado não foi acrescida de ações regulares para efetivação da ação política proposta. Dessa forma estiveram sempre em busca da consolidação de uma identidade escolar, pretendida já pelo Centro Interescolar, mas ainda não consolidada categoricamente.

Ao final dos anos de 1990, novo processo transitório se agudiza na escola com a aprovação da LDB nº 9394/96 e Decreto nº 2.208/97, quando as políticas educacionais adotam uma perspectiva mercantilista e utilitarista, particularmente, a educação profissional.

O cenário pós-LDB e o conjunto de leis que orientaram as formulações reformistas para a Educação Profissional e levaram os Estados e as instituições às suas decisões serão tratadas no capítulo seguinte. No caso do Pará, em sintonia com as indicações do documento do PEP, o governo fez a opção pela forma de gestão via Organização Social, que passa a se chamar Escola de Trabalho Produção, como seriam chamadas também suas unidades. O capítulo e esse trabalho se encerram abordando o processo que vai levar ao final da ETEPA e à criação, em seu lugar, em 12 de setembro de 2003, da Escola Técnica Estadual Magalhães Barata, pela Lei nº 6.581 (PARÁ, 2003).

---

<sup>8</sup> Alenquer, Bragança, Monte Alegre, Santa Izabel, Tucumã, Itaituba, Xinguara e Cametá.